



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,13% São Paulo 0,03% Nova York	191.490 191.005 23/224/225/226/2	R\$ 5,138 (+ 0,27%)	20/fevereiro5,175 23/fevereiro5,168 24/fevereiro5,155 25/fevereiro5,125	R\$ 1.621	R\$ 6,063	14,90%	14,73%
							Setembro/20250,48 Outubro/20250,09 Novembro/20250,18 Dezembro/20250,33 Janeiro/20260,33

»CB.Poder | JADER BARBALHO FILHO | MINISTRO DAS CIDADES

Ministro afirma que, em 2026, o MCMV alcançará 3 milhões de entregas — “o maior ciclo de contratação de casas na história do país”

Famílias de MG terão R\$ 200 mil para nova casa

» LETÍCIA CORRÊA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Em entrevista, ontem, ao CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília — o ministro das Cidades Jader Barbalho Filho afirmou que o governo disponibilizará um cheque de R\$200.000 para as famílias com casas destruídas pelas chuvas em Juiz de Fora e Ubá (Minas Gerais) adquirirem imóveis. Para os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, Jader Filho destacou que a medida se assemelha ao que foi feito no Rio Grande do Sul, em 2024. A Seguir, trechos do programa:

Estamos vivendo agora chuvas torrenciais em várias cidades, especialmente em Minas Gerais. Como o ministério pode ajudar na prevenção desses desastres?

É importante compreender que esses eventos climáticos extremos só vão se ampliar. É isso que a ciência aponta, embora ainda haja quem resista a aceitar. Presto, aqui, minha solidariedade a todas as famílias que perderam seus entes queridos, que tiveram suas casas destruídas ou condenadas. Temos que agir preventivamente, adaptando e dando resiliência às cidades brasileiras. Teremos que fazer isso em todas as cidades. O orçamento da prevenção precisa existir nos níveis estadual, federal e municipal. O governo federal está fazendo a sua parte. Esse é o maior ciclo de investimentos da história do Brasil em prevenção, macrodrenagem e contenção de encostas: mais de R\$32 bilhões.

Quando o senhor fala governo federal, é o seu ministério?

Exatamente. O Ministério das Cidades. São mais de R\$32 bilhões. E isso não pode ser um “solução”. Não pode haver quatro anos de investimento e, no governo seguinte, nenhum recurso, como aconteceu anteriormente. Quero adiantar em primeira mão: tudo o que foi feito pelos



gaúchos é compromisso do governo do presidente Lula, e o mesmo tratamento será dado ao povo mineiro.

Que benefícios as pessoas atingidas receberão?

Obras de prevenção, contenção de encostas e drenagem. Só neste terceiro mandato do presidente Lula, destinamos cerca de R\$ 21 milhões para encostas e drenagem em Ubá e Juiz de Fora, na nova seleção do PAC (2023-2025). Há ainda mais de R\$71 milhões de obras paralisadas de gestões anteriores que retomamos.

Mas essas obras ainda não estão prontas?

Não, porque foram selecionadas recentemente. Mas, se for



Temos que agir preventivamente, adaptando e dando resiliência às cidades brasileiras. Teremos que fazer isso em todas as cidades. O orçamento da prevenção precisa existir nos níveis estadual, federal e municipal”

preciso ampliar recursos para contenção ou macrodrenagem, ampliaremos. Além disso, como fizemos no Rio Grande do Sul, daremos um cheque de R\$200 mil para famílias que perderam suas casas possam adquirir novos imóveis. Não precisam esperar 16 a 20 meses por uma unidade do Minha Casa, Minha Vida. No Rio Grande do Sul, mais de 10.500 famílias já receberam as chaves.

O que o governo vai trazer dos programas Minha Casa, Minha Vida e o Reforma Casa Brasil de novo neste ano?

O presidente Lula estabeleceu a meta, para quatro anos, de 2 milhões de casas entregues. Nós conseguimos bater essa meta com um ano e um mês de antecedência; já estamos chegando a 2,2 milhões de casas e queremos chegar até o final de 2026 com 3 milhões,

que será o maior ciclo de contratação de casas na história deste país. Esse programa tem ajudado na questão da redução do déficit habitacional; pela primeira vez, nós conseguimos reduzir o déficit habitacional.

Nunca foi tão baixo, né?

Exatamente. Nos próximos dias, a Fundação João Pinheiro já deve estar soltando o novo relatório sobre déficit habitacional e nós vamos ver que, obviamente, 2025 será o menor da história. Em 2026 e 2027, que serão os anos com maior número de contratações, serão ainda mais baixos. É isso que a gente quer: atacar o déficit reduzindo-o em diversas frentes. Porque quando a gente faz, por exemplo, a nova

política que criamos, de construir banheiros nas casas — serão 9 mil banheiros que vamos construir agora nesta seleção que está aberta para estados e municípios —, a gente também está atacando o déficit, porque a família, muitas vezes, tem uma casa, mas não tem um banheiro.

Muita gente pensa que o Minha Casa, Minha Vida é somente para quem não tem uma residência, quando os seus exemplos mostram que existem diferentes perfis e públicos atendidos, não é isso?

Exatamente. Outra inovação que fizemos foi a criação do Minha Casa, Minha Vida Classe Média, que atende famílias com renda de até R\$ 12.000. Muitas vezes, essa família paga um aluguel excessivo e percebe que a parcela do financiamento será menor do que o aluguel. Ela raciocina que, em vez de pagar aluguel, pode pagar a parcela de algo que será seu no futuro. O programa atende diversas faixas de renda, desde a Faixa 1, voltada para quem ganha até R\$2.850. Essas famílias podem receber o imóvel integralmente do governo ou realizar o financiamento. Esse é o maior ciclo de financiamento para a Faixa 1 na história: 41% dos financiamentos do programa são destinados a esse público. Como imaginar que uma família que ganha dois mil reais poderia estar fazendo um financiamento de casa própria? Essa é a realidade do programa hoje. Isso aconteceu porque aumentamos o valor do subsídio para a entrada, levando-o para até R\$ 55 mil. O governo dá um cheque para as famílias; se ela ganha, por exemplo, R\$1.900, recebe 55 mil reais do governo para pagar a entrada. Ela quita a entrada e assume parcelas que são menores do que o aluguel. O dinheiro da entrada é dado a fundo perdido e os juros são os menores da história: 4% para as regiões Norte e Nordeste e 4,25% para as outras regiões.

***Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

POLÍTICAS PÚBLICAS

Pé-de-meia segura jovens na escola

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram, ontem, em Manaus, os resultados da primeira etapa do Censo Escolar 2025. Foram registrados 46,01 milhões de estudantes, uma redução de 2,29% nas matrículas, em comparação a 2024, quando foram registradas 47,08 milhões estudantes.

A queda no número de novas matrículas é analisado pelos órgãos como fator positivo, por refletir a diminuição do atraso escolar e pela permanência dos alunos em sala de aula. O Inep explicou que, em parte, a redução de matrículas se deve pela maior eficiência escolar, a partir da redução do número de alunos atrasados na relação idade-série. “A gente tinha [em 2021] 25,3% de alunos atrasados e, em 2025, a gente tem 16%. Uma queda de quase 10 pontos percentuais.

Esses alunos progrediram no sistema e concluíram a educação básica”, pontuou o coordenador de Estatísticas Educacionais da Diretoria de Estatísticas do Inep (DEED), Fábio Pereira Bravin.

Outro ponto destacado foi a redução no número de jovens que estão fora do sistema educacional ou que abandonaram os estudos precocemente. O percentual de pessoas de 15 a 17 anos que frequentam a escola subiu de 89% em 2019, para 93,2%, em 2025.

O ministro Camilo Santana destacou como um dos fatores para redução da evasão escolar nesta etapa de ensino o programa Pé-de-Meia, que promove a permanência e a conclusão escolar de estudantes da rede pública. Criado em 2023, ele oferece incentivo financeiro-educacional e funciona como uma poupança para os estudantes inscritos no Cadastro Único

para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico).

“É uma forma de garantir que o aluno não abandone na escola e estimular que ele curse o ensino médio e passe por ano, porque o estudante recebe a poupança”, disse o ministro.

Números

O ensino fundamental, que compreende os alunos do 1º ao 9º ano, contabiliza 25,8 milhões de matrículas — 56,07% do total registrado em 2025. Nessa etapa escolar, que abrange a população de 6 a 14 anos, a matrícula é obrigatória. A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Inep calcula que o percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola é quase universal:

chegou a 99,5%, em 2025.

De acordo com o coordenador de Estatísticas Educacionais da Diretoria de Estatísticas do Inep (DEED), Fábio Pereira Bravin, o ensino fundamental está universalizado. “O número de matrículas está estável”, afirmou.

No ensino médio, foram registrados em 2025 6,33 milhões de estudantes em escolas públicas e 1,03 milhão nas privadas, totalizando 7,36 milhões de matrículas nesta etapa. O total de matrículas caiu nos últimos quatro anos, passando de 7,77 milhões, em 2021, para 7,36 milhões em 2025 — redução de cerca de 400 mil alunos. Entre 2024 e 2025, foram 140,9 mil matrículas a menos.

No ensino fundamental e no ensino médio, o atraso escolar caiu 4,3 pontos percentuais e 10,3 pontos percentuais, respectivamente, na comparação de 2021 com 2025. (Agência Brasil)

Divulgação/MEC



Santana: programa é estímulo para a permanência na escola